

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.008 - TO (2019/0353939-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : BERNARDINO COSOBECK DA COSTA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : BERNARDINO COSOBECK DA COSTA - TO004138**  
**BRUNNO WILLIAN DA SILVA FREITAS - PA023944**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PACIENTE : L A DA S (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de L A DA S, em face de decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, assim ementada (fls. 11):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DA NÃO PUBLICAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PAUTA DA SESSÃO DE JULGAMENTO. INEXISTÊNCIA.

1. Na forma do § 1º do artigo 89 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o julgamento de embargos de declaração independe de publicação em pauta.

PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL EM JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CABIMENTO.

2. Consoante disposição expressa contida no § 2º do artigo 96 do RI- TJ/TO, "Não haverá sustentação oral no julgamento de embargos de declaração".

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime do art. 217-A, c/c art. 69 do CP, à pena reclusiva de 22 anos.

Interposta apelação pela defesa, negou-se provimento ao recurso, tendo sido efetivada a prisão do paciente (15 de dezembro de 2016) em razão da expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, foi indeferida a liminar (24/12/2016). Distribuído o feito mandamental, o em. Desembargador Relator revogou a liminar concedida em sede de plantão, bem como denegou a ordem.

No *Habeas Corpus* n. 387.188/TO, impetrado perante este Tribunal Superior, pleiteando a suspensão da execução provisória da pena, foi deferida a liminar em razão da pendência de julgamento do embargos de declaração opostos pela defesa na Corte estadual. Contudo, no julgamento do mérito, a ordem foi denegada, tendo em vista a notícia de julgamento dos aclaratórios e a possibilidade de início de execução provisória da pena.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No presente *mandamus*, o impetrante alega que o *Paciente interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário que não foram processados regularmente, com despacho apenas pendente para resolução dos embargos acima colacionados (evento 82, 83 e 86)*. Destaca que *não houve trânsito em julgado da causa, pendente ainda recurso manejado por parte do paciente*. Aduz, também, que *diante do atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, firmou-se novo entendimento, no sentido de que a execução penal provisória, antes de findadas as oportunidades para recurso, somente é cabível quando houver sido decretada a prisão preventiva do sentenciado, nos moldes do artigo 312 do Código de Processo Penal*, deveria ser suspensa a execução provisória da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja recolhido o mandado de prisão expedido.

É o relatório.

DECIDO.

Em recente julgado, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando as ADCs 43, 44 e 54, ainda pendentes de publicação, firmou compreensão quanto à constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, segundo o qual "Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva", estando a citada regra em consonância com o princípio da presunção de inocência.

Ante o exposto, defiro a liminar para obstar a execução provisória da pena até o trânsito em julgado da ação penal, determinando a soltura do paciente, salvo se estiver preso por outro motivo.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia desta decisão e solicitando-lhes informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator